

## **SCUT´S E PORTAGENS**

### **Em defesa dos Princípios da Universalidade e da Igualdade**

Está mais do que claro que este modelo de financiamento para construção de obras públicas, neste caso auto-estradas, não serve o interesse nacional e é um desastre para as finanças públicas. Também é claro que o Partido Socialista é o responsável político pelo desastre e pelas suas consequências.

Também é verdade que o PSD sempre foi contra este modelo de financiamento.

Apesar de ser da responsabilidade política do PS o início deste processo ao tempo de António Guterres, o PSD quando esteve no Governo não introduziu portagens nas SCUT´s, não dando assim cumprimento ao princípio que sempre defendeu, ou seja o princípio do utilizador-pagador.

No final do seu mandato no Governo, em coligação com o CDS-PP, o PSD, sentindo que este dossier era de difícil solução política, lançou publicamente a ideia da "discriminação positiva", ou seja com isenção para residentes e empresas.

O PS, que sempre foi contra a introdução de portagens nas SCUT´s, veio agora perante a crise e perante a dura realidade assumir que afinal o caminho seria aplicar o princípio do utilizador-pagador em três SCUT´s na zona do Grande Porto.

Muitos responsáveis políticos do PSD da região afectada, quando confrontados com esta decisão vieram dizer e bem que este principio deveria ser universal, ou seja ser aplicado às outras SCUT´s. Alguns acrescentaram que a discriminação positiva também deveria ser aplicada, incluindo as isenções.

O Governo vem também agora defender publicamente a referida discriminação positiva, com isenções de pagamento de portagens envolvendo cerca de 50 concelhos.

Recentemente, quer Moita Flores (CM Santarém), quer António Capucho (CM Cascais) vieram assumir a sua oposição a esta "discriminação positiva/isenção de pagamento".

Sendo o PSD um partido com implantação nacional deve enfrentar esta questão política delicada rejeitando os regionalismos exacerbados ou pontos de vista locais, que apesar de legítimos, devem conciliar-se como o superior interesse do País.

Quer os cidadãos, quer as empresas de regiões onde o PSD tem maior implantação, ou de regiões onde o peso social democrata é menor, têm o direito a serem tratados da mesma forma.

Se o PSD assumir a defesa de benefícios para populações abrangidas pelas actuais SCUT's, então deve fazê-lo também para as populações abrangidas por auto-estradas com portagem.

**Se assim não for a *discriminação positiva* para uns passa a ser *discriminação negativa* para todos os outros que pagam e sempre pagaram.**

Se for argumento para a aplicação dessas medidas discriminatórias os baixos rendimentos das populações, então deve-se olhar para os concelhos do Alentejo e esses pagam portagens.

Se for argumento a falta de alternativas, então toda a Península de Setúbal tem de deixar de pagar portagens no acesso a Lisboa, pois desde 1966 que paga, sendo a alternativa sem custos atravessar a nado o Rio Tejo.

O PSD deve defender e assumir a (difícil) posição política da introdução de portagens nas SCUT's, considerando o princípio da universalidade e o princípio da igualdade de todos os cidadãos, de todas as empresas e todas as regiões/distritos.

NOTA 1 - Parte da SCUT do Algarve (A22) é diferente de todas as outras, pois o seu modelo de financiamento seguiu o modelo tradicional, sendo as fontes o OE e os fundos comunitários. A sua transformação em SCUT é posterior e, ao contrário das outras, não teve nada a ver com o modelo de financiamento à sua construção;

NOTA 2 – Sendo os traçados da A25 e da A 23 em grande parte sobrepostos a antigas vias de comunicação sem portagem, devem estas ter um tratamento diferenciado.

30 de Junho de 2010

Luis Rodrigues

Deputado e Conselheiro Nacional do PSD